



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Relator dialoga e recebe proposta de Associações

ASCOM / AMB



Maurício Soares, Freddy Pitta, deputado Arthur Maia, Jayme de Oliveira e Nelson Missias

O presidente da Amagis, Maurício Soares, e dirigentes da AMB, reuniram-se, no dia 15 de março, com o relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia, e defenderam as emendas que impedem retrocessos da proposta. No dia 27 de março, o encontro foi com deputados federais mineiros em Belo Horizonte, em parceria com a Associação Mineira do Ministério Público.

PÁGINAS 4,5 e 6

Ação criminosa expõe insegurança nos fóruns

IZABELA MACHADO



Maurício Soares visitou o Fórum de São Lourenço

Após ataque contra o Fórum de São Lourenço (Sul de Minas), no dia 27 de março, o presidente Maurício Soares, reuniu-se com os juízes da Comarca e com representantes do TJMG em defesa de punição exemplar aos criminosos e melhorias na segurança local.

PÁGINA 3

Juízas pela autonomia feminina

PÁGINA 9

'Sentença única' traz celeridade

PÁGINA 13

Torneio de Tênis será em maio

PÁGINA 19

Equívocos da reforma atropelam princípios constitucionais e legais

MAURÍCIO SOARES*

Como diversos outros segmentos, a Magistratura está aberta ao diálogo, mas determinada a impedir a aprovação de propostas, como a da reforma da Previdência, apresentadas sem transparência, estudos e ampla participação da sociedade. Com intensa interlocução, estamos defendendo e convencendo os parlamentares da necessidade de reprovação dessa proposição ou de alteração do texto original.

Mais do que a reforma, a forma equivocada como foi apresentada afeta princípios constitucionais e legais. Desde que surgiu, de cima para baixo, o governo já fez seguidos recuos em reconhecimento aos erros de origem. Ao

motivada pela necessidade de um ajuste fiscal urgente que envolve todo o País, incluindo Estados e Municípios.

Não há como fazer tal ajuste na União e não o aplicar nos Estados nem como conviver com regimes de previdência diversos. Em ambos os casos, o caráter nacional tem que prevalecer. Além da falta de diálogo, o governo não compartilhou estudos sérios que mostrassem as contas da Previdência e as razões das mudanças. Insistem em mexer em todo o sistema sem avaliar o impacto de cada alteração proposta no déficit da previdência.

Temos mantido frequentes viagens e espécie de plantão em Brasília, onde temos conversado com todos os parla-

“Diálogo é fundamental para uma decisão democrática e constitucional, que respeite as normas legais e inclua a sociedade”

mentares, entre eles o relator da reforma, Arthur Maia, que se mostrou bastante sensível ao posicionamento das Associações de Magistrados, especialmente quanto aos pontos equivocados da reforma. Em Minas, em parceria com a Associação Mineira do Ministério Público, também buscamos apoio dos parlamentares às nossas posições.

O diálogo é fundamental para termos decisões democráticas e constitucionais, que respeitem direitos consagrados e inclua os anseios do País. Do jeito que está, a reforma não pode ser votada nem será aprovada.

Em todas as oportunidades, temos debatido vigorosamente essa proposta e outras que afetam garantias da Magistratura, como as que tratam do abuso de autoridade, teto remuneratório, subsídios, entre outros. Não descuidaremos de nenhuma. O momento é propício para que a Magistratura se imponha e seja ouvida em todas as matérias relacionadas à classe em tramitação no Congresso Nacional. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Amagis repudia
atentado a Fórum

PÁG 03

Relator da reforma recebe
propostas das Associações

PÁG 04

Debate sobre reforma
mobiliza a classe

PÁG 05

Amagis quer ampliação de
compensação de plantões

PÁG 07

Magistradas buscam
espaço de liderança

PÁG 09

Amagis Jurídica busca excelência

PÁG 10

Esporte contra a criminalidade

PÁG 12

‘Sentença Múltipla’ traz Celeridade

PÁG 13

Unanimidade aprova
gestão financeira

PÁG 16

Amagis realiza 1º torneio de tênis

PÁG 19

Viola encanta Museu do Tropeiro

PÁG 20

+SAÚDE!

Novos credenciados
garantem atendimento ágil

PÁG 23

Amagis Saúde mantém liquidez

PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)

ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíza Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíza Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis repudia atentado a Fórum

Maurício Soares acompanha investigação e pede melhorias em São Lourenço

IZABELA MACHADO

A Amagis e o poder público não se intimidarão com ameaças”, afirmou o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, no dia 29 de março, em São Lourenço (Sul de Minas), em resposta ao atentado contra o Fórum da Comarca, na madrugada do dia 27.

O presidente disse ainda que a Amagis está em contato permanente como a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Centro de Segurança Institucional (Cesi) do TJMG para que todas as providências sejam tomadas e a segurança de magistrados, servidores.

Para ele, a ação dos criminosos afronta a Justiça e ao Estado de Direito e precisa ser exemplarmente coibida e punida.

Durante a madrugada do dia 27

Maurício Soares e juizes da Comarca de São Lourenço



de março, o Fórum da comarca foi atingido por seis disparos que destruíram vidraças e atravessaram o prédio. Não houve feridos. Os bandidos deixaram um bilhete supostamente associando o ato a uma facção criminosa. Essa possível ligação será investigada pelas forças de segurança, e acompanhada pelo Cesi e a Amagis, por meio de sua Comissão Permanente de Segurança.

Comprometido com o reforço da segurança nos fóruns, Maurício Soares propôs, que seja solicita-

do ao comando da Polícia Militar de Minas Gerais a presença de um número mínimo de policiais em cada um dos fóruns do Estado, durante o expediente forense.

O diretor do Foro da Comarca, juiz Fernando Antônio Junqueira, ressaltou a importância de que a vigia armada seja estendida para o período diurno, já que a segurança no Fórum é feita somente durante a noite, quando não há vigilância. “Nota-se uma preocupação muito grande com o patrimônio, mas uma certa

falta de atenção com as pessoas que transitam no fórum durante todo o dia. Por isso, é imprescindível reforçar a segurança”, comentou.

Para o diretor da Seccional da Amagis em São Lourenço, juiz Fábio Garcia Macedo Filho, a ida do presidente da Associação à comarca dá a certeza de que os magistrados que atuam na região estão sendo apoiados. Fábio Filho assegurou ainda que os juizes continuarão exercendo suas funções e cumprindo sua missão de pacificação social, de forma segura e independente. ■

Associações contestam PEC 287

Associações criticam tentativa de esvaziar a Justiça estadual

A Amagis e mais 20 Associações estaduais de magistrados protocolaram, na Câmara dos Deputados, no dia 31 de março, Nota Técnica contra (PEC 287/2016) que transfere a competência da Justiça Estadual para a Federal nas causas de acidentes de trabalho.

Para as Associações, a alteração impõe um ônus cada vez maior para a União, acarreta ainda o agigantamento da máquina da Justiça Federal, e vai à contramão do pretendido equilíbrio das contas públicas, de contenção de gastos e de melhoria da

eficiência da máquina existente.

“Se os Estados da Federação já possuem unidades instaladas nas centenas de milhares de comarcas existentes no Brasil, não faz sentido promover-se a ampliação da Justiça Federal com sobreposição de estruturas”, afirmam as Associações na nota. ■

Relator da reforma recebe propostas das Associações

Amagis discutiu Reforma da Previdência com parlamentares

IZABELA MACHADO



Maurício Soares e José Perdigão em reunião com deputados mineiros

Mesmo com o anúncio do presidente da República, Michel Temer, de que pretende retirar servidores públicos estaduais e municipais da proposta da previdência, o presidente da Amagis, Maurício Soares, afirmou que a Associação manterá a intensidade da interlocução com os parlamentares em Brasília, para impedir retrocessos que afetem os direitos da classe.

Durante todo o mês de março, o presidente da Amagis reuniu-se com parlamentares para discutir os principais pontos da Reforma da Previdência. No dia 13 de março, Maurício Soares juntamente com diretores da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) reuniram-se com o deputado federal Paulo Abi-Ackel, em busca de apoio na tramitação de projetos de interesse das duas carrei-

ras. No início de março, a Amagis realizou uma palestra sobre a Reforma da Previdência. *(Leia na página 5)*

No dia 15, Maurício Soares, juntamente com o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, o vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, e o presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, Freddy Pitta, reuniu-se com o deputado Arthur Oliveira Maia, relator da Reforma da Previdência na Câmara, e defendeu a aprovação das emendas protocoladas pelas Associações que garantem as conquistas da classe na tramitação da proposta.

Ainda no dia 15, ao lado dos dirigentes da AMB e de Associações estaduais, o presidente da Amagis encontrou-se com os senadores Otto Alencar e Paulo Bauer, para reforçar a importância da aprovação das emendas e ainda discutir projetos em tramitação que podem enfraquecer o sistema de Justiça. Um dia antes, Maurício Soares já havia se encontrado com o deputado federal Misael Varella para também tratar da Reforma da Previdência.

Em Minas, a Amagis e AMMP, reafirmando a parceria na defesa do sistema de Justiça, promoveram encontro, no dia 27 de março, com parlamentares mineiros e com a participação de dirigentes do Ministério Público de Minas Gerais e da Frente Associativa da Magistratura (Frentas). ■

ASCOM / AMB



Encontro com o senador Otto Alencar

ASCOM / AMB



Reunião com o senador Paulo Bauer

BRUNO GARCES



Visita ao deputado federal Paulo Abi-Ackel

AMAGIS



Maurício Soares e deputado Misael Varella

Debate sobre reforma mobiliza a classe

GEORGIA BACVAROFF



Maurício Soares e Jorge Franklin

As possíveis mudanças na previdência atingem em cheio a Magistratura, ao exigir 65 anos para aposentadoria, sendo que, para ter 100% da remuneração da média da remuneração, a pessoa terá trabalhar por 49 anos. O alerta foi feito pelo juiz aposentado Jorge Franklin, especialista em Direito Previdenciário, durante palestra promovida pela Amagis sobre os impactos da proposta de Reforma da Previdência sobre a carreira da Magistratura, no dia 7 de março.

De acordo com Jorge Franklin, para que os juízes desempenhem seu papel de defesa da sociedade, é preciso o mínimo de prerrogativas, entre elas uma aposentadoria digna e uma pensão compatível para os seus familiares.

As alterações nas pensões foi outra preocupação apresentada pelo especialista. De acordo

Principais impactos da proposta foram abordados por especialista

com ele, esse provento passará de 100% para 60%, variando proporcionalmente em relação ao número de dependentes, observando ainda o teto do Instituto Nacional de Seguridade Social (*saiba mais sobre as alterações nas regras para previdência na página 6*).

O magistrado ressaltou ainda que a proposta da reforma torna a previdência complementar uma imposição. Entretanto, o texto não traz regras definidas sobre essa modalidade, tendo, como consequência, princípios vagos na legislação da União, ficando a cada Estado a competência de aprovar seu próprio plano de benefício previdenciário.

Jorge Franklin também saudou a iniciativa da Amagis e apontou que, historicamente, no auditório da Associação foram

realizadas importantes assembleias que marcaram a carreira da magistratura. “É preciso uma revolução de ideias. Acho que nós temos que ecoar ideias nos quatro cantos, apontando incorreções, erros e vícios nessa reforma, provocando o debate na sociedade”, comentou.

O vídeo da palestra, os dados utilizados na apresentação, e todas as informações sobre a reforma da previdência estão postados em hot site no site da Amagis, bem como uma entrevista especial com o juiz aposentado Jorge Franklin, apresentada no programa Pensamento Jurídico.

Ainda no evento, o presidente Maurício Soares reafirmou que as Associações não abrirão mão de defender os direitos conquistados e garantias constitucionais da classe. De acordo

com ele, ao focar apenas a crise econômica, os aspectos jurídicos e sociais da reforma da previdência ficaram em segundo plano, ficando assim comprometidos. “A reforma da previdência, como está, sinaliza mudanças que atropelam direitos, garantias fundamentais e as condições de vida da população brasileira”, afirmou.

Maurício Soares disse ainda que das cinco propostas de emendas apresentadas pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público serão priorizadas a paridade entre ativos e aposentados, a rediscussão da idade mínima para aposentadoria, regras de transição, integralidade das pensões por morte e por invalidez e a manutenção do abono permanente. Ele destacou ainda a importância da interlocução com os congressistas na defesa dos interesses da classe (*veja mais na página 6*). ■



“A reforma da previdência, como está, sinaliza mudanças que atropelam direitos, garantias fundamentais e as condições de vida da população brasileira”
Maurício Soares



“Acho que nós temos que ecoar ideias nos quatro cantos, apontando incorreções, erros e vícios nessa reforma, provocando o debate na sociedade”
juiz aposentado Jorge Franklin

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Saiba quais as principais propostas que podem afetar a Magistratura*

▶ **A Reforma da Previdência atinge a Magistratura e outras carreiras jurídicas?**

A reforma atinge a Magistratura, o Ministério Público, as carreiras jurídicas e os servidores públicos quando exige uma idade de 65 anos para se aposentar.

▶ **Qual o tempo de contribuição exigido?**

Ela exige apenas 25 anos de contribuição, mas se a pessoa quiser uma renda integral, ou seja, 100% da média da remuneração, terá que trabalhar realmente durante 49 anos.

▶ **Como ficam as regras de transição para quem está há mais tempo na carreira?**

O artigo 2º da emenda diz que só se aplica a regra de transição se o servidor homem tiver mais de 50 anos, e a servidora mulher tiver mais de 45 anos. Servidores públicos que, por exemplo, estão com 15, 20 anos de serviços públicos não serão beneficiados pela regra de transição.

▶ **Haverá pagamento de pedágio nessa transição?**

Existe um pedágio de 50% a ser cumprido.

▶ **Como é aplicado esse pedágio?**

O servidor vai ter que cumprir não apenas o tempo que falta para aposentar, mas um tempo complementar que equivale a 50% do tempo que faltava para se aposentar quando a emenda constitucional for promulgada.

▶ **Como fica a paridade entre os ativos e os aposentados?**

Para ter direito à paridade, o servidor tem que ter ingressado na carreira antes da emenda 41 e, ao mesmo tempo, ter mais de 50 anos se for homem ou mais de 45 anos se for mulher.

▶ **Será mantida a integralidade das pensões?**

As pensões por morte sofrem substancial redução de valor.

▶ **Como será o cálculo sobre as pensões?**

Caso o magistrado deixe apenas viúva, a pensão passará de 100% para 60%. São 50% mais 10% em razão de cada dependente, portanto 60% se a pensão beneficiar somente a viúva. Caso ele seja aposentado, vai alcançar um valor até o teto do INSS (R\$ 5.189,82). E sobre o que exceder sobre ao teto do INSS há uma redução de 30%.

▶ **Pensões podem ser acumuladas com a aposentadoria?**

O servidor não poderá ter mais de uma pensão e nem poderá cumular aposentadoria com pensão. Terá que ter apenas um benefício.

▶ **A reforma impõe que o Magistrado e o servidor público tenham uma previdência complementar?**

A previdência complementar passará a ser obrigatória. A remuneração dos servidores será limitada ao teto do INSS e os órgãos públicos terão que apresentar aos servidores uma previdência complementar.

▶ **A previdência complementar tem regras definidas?**

O texto da reforma da previdência não traz regras bem definidas. Garante-se ao servidor uma previdência complementar, cujos parâmetros, o legislador constitucional estabeleceu, e que os princípios gerais são extremamente vagos na legislação complementar da União. Assim fica com cada estado, cada ente federativo, com competência para aprovar seu próprio plano de benefício.

▶ **Há alguma inconstitucionalidade nessa PEC?**

Muita coisa poderá ser objeto de debate judicial se for considerado que o regramento constitucional deve obedecer à proporcionalidade e à razoabilidade.

▶ **O tempo de aposentadoria será o mesmo para homem e para mulher?**

A partir da emenda, não haverá idade diferenciada entre homem e mulher, a não ser na regra de transição. Com a regra permanente, as mulheres se aposentarão com a mesma idade e com o mesmo tempo de contribuição dos homens. O mesmo acontece com professores e trabalhadores rurais.

▶ **Como ficam as aposentadorias especiais?**

A reforma mantém a aposentadoria especial das atividades insalubres e dos deficientes, mas acaba com as atividades de risco.

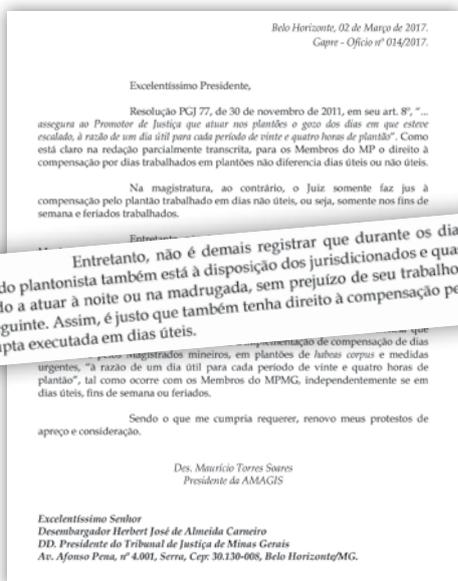
▶ **Como ficam as aposentadorias por idade?**

A partir da reforma, a aposentadoria por idade não existe mais, pois não existirá mais a regra de transição de aposentadoria por idade. ■

(*) Informações prestadas pelo especialista em direito previdenciário, Jorge Franklin

Amagis quer ampliação de compensação de plantões

Maurício Soares propõe aplicação de regra para atendimento em dias úteis



O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, enviou, no dia 2 de março, ofício ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, propondo a realização de estudos para a implementação de compensação de dias trabalhados pelos Magistrados, em plantões de habeas corpus e medidas urgentes, à razão de um dia útil para cada período de 24 horas de plantão.

No documento, o presidente Maurício Soares argumentou que o artigo 8º da Resolução PGJ 77, de 30 novembro de 2011, assegura ao promotor de Justiça que atuar nos plantões o gozo dos dias em que esteve escalado na mesma razão proposta pela Ama-

gis. Para o presidente da Associação, essa medida garante o tratamento isonômico entre os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Maurício Soares destacou que, durante os dias úteis, o magistrado plantonista também está à disposição dos jurisdicionados e, quase sempre, é chamado a atuar à noite ou na madrugada, sem prejuízo de seu trabalho no dia seguinte. ■

NUNCA COMPRE UM VOLKSWAGEN SEM ANTES CONSULTAR A CARBEL

EXCLUSIVO PARA CLIENTES AMAGIS

DESCONTO DE ATÉ 10MIL
*Cheque bônus veículos Premium

DESCONTO DE ATÉ 10%
para veículos nacionais

EMPLACAMENTO E IPVA GRÁTIS



A Carbel vai até você. Agende uma visita em domicílio.
Consultor de Vendas – José Augusto (31) 3280-9501 | (31) 98765-1014

*Cheque bônus de R\$10.000,00 E DESCONTO DE ATÉ 10% irão variar de acordo com o modelo do veículo e disponibilidade em estoque. Cheque bônus de até R\$10.000 válido apenas para veículos Jetta, Tiguan, Golf e Amorok. IPVA grátis válido apenas para primeira parcela.

Carbel Savassi
Av. Nossa Senhora do Carmo, 500 Sion
(31) 4042-7280 | (31) 99808-0185

Carbel Cristiano Machado
Av. Cristiano Machado, 5055 Palmares
(31) 3596-0504 | (31) 99962-5477

Carbel Linha Verde
Est. Nova de Santa Luzia, 100 Jaqueline
(31) 4042-7290 | (31) 99620-7699





FERNANDA MARQUES

Juíza da ONU, Martha Halfeld

Com mandato até 2023, a juíza Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, titular da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, foi, em 2014, o primeiro integrante da Magistratura brasileira eleito para o Tribunal de Apelação do Sistema de Justiça Interna das Nações Unidas (Unat). Após passar por um longo processo seletivo que incluiu análise de currículo, exame de julgamento e carta de motivação, a juíza foi escolhida com 148 votos, dos 183 eleitores, para ocupar uma das quatro vagas ofertadas e, hoje, enfrenta o desafio de julgar ações do mundo do trabalho, que envolvem não só questões do direito, mas também a cultura de outros países.

“Sempre me interessei muito pelo direito internacional, inclusive pelo direito internacional do trabalho, mas nunca pensei que fosse chegar à ONU. É como se eu tivesse me preparado a vida inteira para ocupar esse cargo”

Quando a senhora decidiu que iria concorrer ao cargo na ONU?

Foi uma oportunidade que surgiu de maneira totalmente inesperada na minha vida, mas que, quando apareceu, entendi que teria a chance de lidar com o direito administrativo ou do trabalho, que estão na minha esfera de atuação. A seleção foi feita em três etapas: análise de currículo, exame de julgamento e carta de motivação. Na votação, o fato de ser brasileira contou pontos a meu favor, pois eu era a única representante da América Latina. Sempre me interessei muito pelo direito internacional, inclusive pelo direito internacional do trabalho, mas nunca pensei que fosse chegar à ONU. É como se eu tivesse me preparado a vida inteira para ocupar esse cargo.

O que explica a existência de um sistema de justiça próprio da ONU?

A ONU foi criada em 1945, após a segunda guerra mundial, como um esforço para estabelecer a paz de uma forma durável para todo o mundo. Ao longo dos anos, ela desenvolveu vários programas humanitários, como o combate ao trabalho infantil, ao desarmamento, ações de preservação ao meio ambiente, e, hoje, conta com várias agências especializadas. Ela

precisava garantir sua imunidade de jurisdição frente aos países nos quais atua para poder agir com mais liberdade. Por isso, foi necessário criar um sistema de Justiça interno capaz de garantir ao mesmo tempo a imunidade da ONU e atender com eficiência às reclamações dos seus servidores.

Como funciona esse sistema interno de Justiça?

Ele conta com o serviço de ombudsman e de mediação, que buscam a solução informal e consensual. Essas etapas, que suspendem o prazo para a propositura da ação, e a avaliação de gerência são geralmente necessárias ou úteis antes do ajuizamento formal da ação. Após essas fases, o processo segue para o Tribunal de Disputas e tem grau de recurso no Tribunal de Apelação. O Tribunal de disputas tem sedes descentralizadas em cidades como Nairóbi, Nova Iorque, Bangkok e Genebra. O Tribunal de Apelação tem sede somente em Nova Iorque, embora seja possível realizar sessões descentralizadas onde a ONU entender que é necessário, inclusive de acordo com a demanda geográfica.

A conciliação e mediação são recomendáveis no caso do Tribunal de Apelação?

Muito! Elas servem como filtro para que a demanda não chegue

à litigância formal. A ONU tem muito carinho pela fase pré-processual, pela mediação de conflitos, que é capitaneada pelo serviço de mediação e de escuta (ombudsman). Esse serviço que filtra mais de 50% das demandas. Nele, é possível haver uma resolução negociada para evitar o processo. Mesmo na fase de litigância normal, a conciliação é possível, desde que haja concordância entre as partes.

Qual o perfil das ações que a senhora julga na ONU?

São ações ligadas ao mundo trabalho. A ONU é considerada um bom empregador. Os servidores selecionados para trabalhar lá são de alto nível. Por isso, é normal que eles queiram permanecer na instituição, mas ela usa um sistema de contratação por prazo determinado. Então, muitas das ações são ligadas à renovação desses contratos. Outras são ligadas a casos de assédio moral, sexual e discriminação com relação a promoções. São julgadas também ações de pensionistas envolvendo agências do mundo inteiro, inclusive de agências especializadas que têm regimento próprio. ■

Autonomia feminina

AMAGIS



Escritora Cris Guerra compartilha sua experiência de vida com magistradas

Com um pouco de sua história, a escritora belo-horizontina Cris Guerra propôs, em 8 de março, durante palestra realizada na Amagis, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, uma reflexão sobre os desafios das mulheres na vida pessoal e na sociedade.

Ao apresentar a convidada, o presidente da Amagis, Maurício Soares, saudou a força e autonomia feminina dentro e fora da Magistratura, destacou o papel fundamental das juízas no aperfeiçoamento do Judiciário e cumprimentou as diretoras da Associação pela a iniciativa de realização do evento.

Da infância à adolescência, da perda dos pais e de um grande amor, pai do seu filho Francisco, Cris Guerra ressaltou como é possível ver a vida de outro ângulo. "Levei meu filho, que tem a perna igualzinha a minha (um pouco torta), a um ortopedista e ele falou: olha, ele tem hiperflexibilidade. Então, eu falei: na minha época isso era perna torta", comentou a escritora sobre sua infância antes de concluir que as pessoas vão construindo sua autoestima aos poucos, e que as mulheres têm o poder de fazer

das suas imperfeições virtudes e marcas positivas.

Da superação dos momentos mais difíceis, Cris Guerra disse que um dos grandes aprendizados que teve na vida foi entender o que depende e não depende de cada um de nós, de aceitar o que não pode ser mudado, mas mudar a forma de viver as coisas. E a partir de uma carta na qual procurava contar ao filho quem tinha sido o pai dele, ela deu início à sua carreira como escritora. "Não só os reveses, mas a maternidade também me mudou muito", afirmou a palestrante ao comentar que sua vida recomeçou aos 40 anos, e que mesmo com novos fracassos não os viu como um problema, mas como uma forma de aprender com os erros.

Ao final da apresentação, Cris Guerra sorteou exemplares do seu livro, "Para Francisco", aos presentes. A palestra pode ser vista na íntegra no canal da Amagis no Youtube ou pelo link <http://bit.ly/2n8inqx>. ■

Cris Guerra sorteou livros entre as juízas

Magistradas buscam espaço de liderança

Cristiana Gualberto presidiu a Amagis interinamente

Em um ato simbólico, ao transferir a presidência da Amagis para a juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro, vice-presidente Administrativa, em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o presidente Maurício Soares buscou chamar a atenção para a importância da participação feminina no associativismo.

Na avaliação da juíza Cristiana Gualberto, hoje, o avanço das mulheres na carreira jurídica está bem claro, e pode ser constatado pelos números cada vez mais expressivos de candidatas aprovadas no concurso. "As mulheres estão conquistando espaço, mas acho que elas ainda carecem de ocupar os espaços de liderança nesse universo que ainda é bem masculino", afirmou.

A magistrada considerou que a participação feminina no associativismo ainda é tímida, e atribui essa situação às diversas obrigações das mulheres, como ser mãe, que acabam impedito uma participação mais efetiva delas no dia a dia, pois, de acordo com ela, em muitas ocasiões é difícil conciliar todas as funções.

"Nos espaços públicos, na hora de tomar decisão, as mulheres não estão sentadas nas mesas. Elas estão sempre só assessorando. Acho que chegou a hora de nós tomarmos nosso lugar na mesa", defendeu a magistrada.

Segundo Maurício Soares, para além de chamar a importância da participação feminina, a transmissão do cargo à vice-presidente busca ainda enaltecer e reavivar a história das mulheres na Amagis, bem como demonstrar o respeito de toda a Magistratura pelo papel fundamental das juízas no aperfeiçoamento do Judiciário. ■

FERNANDA MARQUES



Cristiana Gualberto e Maurício Soares

Amagis Jurídica busca excelência

Publicação de artigos de outros Estados é um dos passos para qualificação

Em busca da excelência acadêmica, a diretoria da Amagis lançou, no dia 21 de março, a 13ª e a 14ª edição da Revista Amagis Jurídica, publicação voltada para o debate teórico de temas atuais e relevantes para o universo Jurídico, cujo objetivo é fomentar a produção intelectual da Magistratura mineira, contribuindo para o aperfeiçoamento da Justiça.

Em seu oitavo ano, a revista consolidou-se como instrumento de publicação científica dos magistrados de Minas Gerais, motivando o Conselho Editorial a observar as normas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a fim de ampliar o reconhecimento da publicação em toda a comunidade acadêmica.

Durante o lançamento, o presidente da Amagis, Maurício Soares, destacou o empenho da diretoria da Associação e do Conselho Editorial para obter a qualificação junto à Capes. O magistrado espera que, já no próximo número, seja possível submeter a revista ao órgão, para que a publicação alcance um novo patamar.

O diretor da Revista Amagis Jurídica, desembargador Gilson Lemes, ressaltou a importância da avaliação da Capes, agradeceu aos colaboradores das duas edições e convidou todos os magistrados a enviarem seus artigos. Com o reconhecimento do órgão, magistrados em cursos de pós-graduação passarão a ter os créditos aceitos para aproveitamento acadêmico.

TIAGO PARRELA



Magistrados no lançamento da revista Amagis Jurídica

Presente ao lançamento, o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura, juiz Marcelo Piragibe, destacou a relevância de a Amagis Jurídica chegar à sua 14ª edição, e ressaltou a importância da publicação estar inserida na Capes.

O desembargador Ramom Tácio, membro do Conselho Editorial da revista, observou que a Amagis Jurídica tem um grande campo de abrangência, que inclui tribunais do País e a participação de profissionais, como promotores, advogados e pessoas ligadas à academia, promovendo a interação entre os mundos teórico e prático.

O recebimento de artigos de autores de fora do Estado foi uma das primeiras iniciativas tomadas pela diretoria da Amagis em busca dessa qualificação. A 14ª edição traz o artigo a 'A Configuração da Justiça', escrito pela juíza sênior criminal Jeanne Gaakeer, do Tribu-

nal de Apelação de Haia, e professora de teoria jurídica na Erasmus School of Law, em Roterdã.

A 13ª edição da Amagis Jurídica traz onze artigos, e a 14ª reúne dez textos. Leia na página ao lado, na editoria "Painel da Magistratura", um resumo do artigo "Pensar o Direito por Intermédio do Esforço de Fundamentação Kantiana", escrito pelo desembargador Saulo Versiani Penna, 3º vice-presidente do TJMG.

Os interessados em publicar seu trabalho na Amagis Jurídica podem enviar o artigo para o e-mail imprensa@amagis.com.br, e ter mais informações sobre a revista pelo telefone (31) 3079-3453.

Os textos serão encaminhados para avaliação dos profissionais que compõem o corpo de pareceristas da Revista Amagis Jurídica por meio do sistema de dupla avaliação cega (double blind review). ■



Envie um artigo para a Amagis Jurídica pelo e-mail imprensa@amagis.com.br

RÁPIDAS

★ **O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos foi nomeado, no dia 7 de março, coordenador da Coordenadoria de Execuções Penais da Associação dos Magistrados Brasileiros. O vice-coordenador da pasta é o juiz Paulo Eduardo de Almeida Sorci, de São Paulo.**

★ **O juiz diretor da Escola Judicial Militar do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, Fernando Armando Ribeiro, lançou, no dia 16 de março, o livro de poesias "Colheita". A obra focaliza a relação entre o homem e a natureza, e apresenta o sujeito circundado pela imensidão, pela infinitude do espaço e pela magnitude da luz.**

★ **O desembargador Alexandre Vítor de Carvalho tomará posse, no dia 6 de dezembro, como membro do Instituto Lusophono, sediado em Paris. O senador Antonio Anastasia também será empossado no instituto na mesma solenidade.**

PENSAR O DIREITO POR INTERMÉDIO DE KANT

A ética e o comportamento humano pautado pelo senso de justiça

SAULO VERSIANI PENNA*

O artigo “pensar o direito por intermédio do esforço de fundamentação kantiana”, de autoria do desembargador Saulo Versiani Penna, 3º vice-presidente do TJMG, a ser publicado na próxima revista Amagis Jurídica, remete o leitor à reflexão sobre o Direito pela visão do filósofo Immanuel Kant.

A preocupação com a ética e o comportamento humano pautado pelo senso de justiça sempre foram objetos de profundo estudo dos filósofos e pensadores do Direito. A contribuição que eles nos oferecem revela-se na prática, de maneira muito evidente, com as normas que regulam as ações das pessoas, especialmente ao nível do sistema constitucional, na tentativa de manter a convivência harmônica entre elas e com o seu próprio meio, o que viabiliza as denominadas “sociedades organizadas”. Entretanto, nenhum outro filósofo exerceu maior influência do que Immanuel Kant nesse campo do estudo da ética e da liberdade com justiça.

A filosofia kantiana, portanto, possui imensa relevância para o direito contemporâneo, mesmo porque repercutiu na ordem jurídica e ainda hoje oferece ao elaborador da norma e seu intérprete subsídios fundamentais para afirmação do Estado de Direito Democrático, até porque neste devem estar arraigadas, como pressuposto para sua própria existência, as ideias de moral, ética e liberdade.

O artigo procede a uma análise sucinta do pensamento kantiano, transportado para o direito, para se chegar à conclusão sobre os conceitos de Kant quanto à moral (ética), liberdade, universalização da norma (lei), dever e respeito à lei, e como tudo isso acaba por repercutir na aplicação do direito moderno.

Do texto, se depreende ainda que, nas sociedades politicamente organizadas, impõe-se a aproximação do Direito e da Moral, sendo a liberdade o elemento essencial de ligação entre os dois para se alcançar a justiça.

A universalização de princípios, especialmente de natureza ética, a formulação de máximas e suas influências no agir humano revelam-se na contemporaneidade fundamentais à edificação do Estado Constitucional-Democrático.

“A UNIVERSALIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS, ESPECIALMENTE DE NATUREZA ÉTICA, A FORMULAÇÃO DE MÁXIMAS E SUAS INFLUÊNCIAS NO AGIR HUMANO REVELAM-SE NA CONTEMPORANEIDADE FUNDAMENTAIS À EDIFICAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL-DEMOCRÁTICO”

Nesse sentido, observa-se que Kant trabalha intensamente no campo das leis éticas e da obrigação moral, universalizadas e fundadas em uma razão pura e prática, encarada como princípio formal, e de onde deverá derivar no seu entender uma paz perpétua, que se deseja não apenas como um bem físico, mas também como um estado originado do reconhecimento do dever e respeito à lei.

Entretanto, o que se ressalta na filosofia kantiana, diante de seu interesse direto

com o Direito, e que pode ser constatado na sua obra intitulada Fundamentação da Metafísica dos Costumes, é a preocupação de considerar em que condições torna-se possível a realização de uma liberdade ética.

É inegável que a Ciência do Direito se apoia no exercício da liberdade e da autonomia da vontade. No entanto, como o próprio Kant adverte, existe entre a ética (lei moral) e a ordem jurídica uma diferença básica na forma da legis-

entanto, que continuam a ocorrer apesar dessa uníssona condenação imposta por uma ética universalizada.

Diante de fatos cotidianos da vida humana, o Direito não pode ficar alheio e deixar de reconhecer outros aspectos que influenciam as ações das pessoas, e que são estudados pela história, sociologia e psicologia.

Sem se descuidar da contextualização histórica da filosofia kantiana, o artigo apresenta ao leitor, de maneira sintética, a importância das ideias desse reconhecido grande pensador e sua colaboração indiscutível para se alcançar a almejada liberdade com ética e a pacificação social.

Destarte, em momento em que especialmente a sociedade brasileira enfrenta toda a sorte de desvios de conduta, notadamente de gestores públicos e, inclusive, debate a necessidade premente de novo ordenamento jurídico que estabeleça regras mais rígidas para as ofensas ao interesse público, o artigo é atual e vem a propósito de instigar o seu leitor a refletir sobre as nossas próprias ações. ■

*3º vice-presidente do TJMG

AMAGIS



Cerca de 700 crianças e adolescentes participam do projeto

Esporte contra a criminalidade

Comarca de Vespasiano investe verbas pecuniárias em projetos sociais

GEORGIA BAÇVAROFF

Prevenir a criminalidade e oferecer oportunidades de uma vida melhor para jovens e adolescentes que moram em regiões de risco social na Comarca de Vespasiano e, conseqüentemente, promover maior pacificação social. É com esses objetivos que, atendendo à previsão legal regulamentada pelo CNJ, o Fórum Júlio Garcia destina as verbas arrecadadas com as penas pecuniárias da Comarca a projetos sociais que desenvolvem atividades em comunidades carentes da região.

Entre eles, está o projeto Na Esportiva, que venceu o edital realizado na Comarca pela segunda vez e, desde então, tem recebido os recursos provenientes das prestações pecuniárias para desenvolver seu trabalho. São beneficiados crianças e adolescentes de 7 a 29 anos, moradores de bairros da periferia de Vespasiano, como a Comunidade de Morro Alto. O objetivo é incentivar crianças e adolescentes a praticarem esportes, contribuindo para a diminuição da exposição deles nas ruas e do contato com a criminalidade, bem como estimular uma vida mais saudável e fomentar a participação comunitária e o respeito ao próximo.

Pessoas de

7
a
29

anos são atendidas pelo projeto

Para o diretor do foro, juiz Fábio Gameiro Vivancos, é muito importante o investimento social e o Judiciário pode apontar as demandas da Comarca. "Grande parte dos problemas da população chega para nós, no Judiciário, por meio dos processos e dos conflitos que tentamos resolver", afirmou.

Entre as atividades oferecidas pelo Na Esportiva, estão futsal, condicionamento físico, jiu-jitsu, muay-thai e taekwondo, associadas às atividades educativas como 'Papo Reto', 'Luta pela Paz', entre outras.

TRANSFORMAÇÃO

O juiz Gustavo Câmara Corte Real, desta Comarca, apoia e contribui com a iniciativa participando dos eventos, sempre que possível. Praticante de jiu-jitsu e membro da equipe BH Rhinos/Gracie BH,

o magistrado destacou o papel social que o esporte exerce sobre a vida das pessoas. "Além de ser um esporte democrático, o jiu-jitsu é uma válvula de escape para o estresse e trabalha conceitos importantes como a disciplina", afirmou ele. Quando participa dos treinos do projeto Na Esportiva, Gustavo Câmara conta um pouco de suas experiências em campeonatos dentro e fora do País, tornando-se fonte de inspiração para os alunos do projeto. Quando está no tatame, o magistrado afirmou que é apenas um aluno, sob a autoridade do professor, como os demais participantes. "Os alunos sabem que sou o juiz, mas ali estou como aluno. E é bom porque a gente ouve muito e passa a conhecer mais um pouco sobre a realidade deles", observou o magistrado. ■

'Sentença Múltipla' traz Celeridade

Prática foi criada por juiz de Várzea da Palma

AMAGIS



Juiz Rodrigo Eustáquio (segundo da esquerda para a direita) com servidores da Comarca

A partir da necessidade de gerir com mais eficiência a grande quantidade de processos em tramitação na 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Várzea da Palma (Norte de Minas), o juiz Rodrigo Eustáquio Ferreira desenvolveu, há um ano, o projeto 'Sentença Múltipla'.

A iniciativa busca selecionar processos que possam ter alguma afinidade, sendo realizado o maior número de atos conjuntos (citações, intimações, perícias e audiências, designadas para datas próximas), para serem concluídos "em bloco" e terem prolatada uma única sentença.

De acordo com Rodrigo Ferreira embora não tratem de casos idênticos, ou mesmo conexos, muitos processos apresentam um núcleo comum de temas abrangentes, como

ações contra o INSS, nas quais são pleiteados benefícios como auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez. Nesses casos, segundo o juiz, sempre são enfrentados, de forma prévia, a definição do que se entende por incapacidade para então se analisar se a parte faz jus a cada uma dessas prestações.

"A sentença enfrenta os pontos que compõem o núcleo comum uma única vez e, posteriormente, faz uma análise da casuística, somente se existente alguma peculiaridade digna de nota. O relatório é único", esclareceu o magistrado.

Segundo Rodrigo Ferreira, a fundamentação também é praticamente uma, e a ideia é que se torne possível criar um repositório único de teses. "O repositório seria um banco de teses enfrentadas 'em abstrato', desvinculadas do caso concreto, no qual o posicionamento do magistrado quanto às matérias que compõem o núcleo dos processos afins poderia ser previamente exposto, e publicado para o conhecimento de partes e advogados", comentou o magistrado, para quem o repositório de teses seria mais eficaz com a implantação plena do processo eletrônico.

Para desenvolver a prática, as secretarias e gabinetes desempenham um papel fundamental na triagem dos processos que possuem questões em comum, passíveis de solução única, a partir da orientação e supervisão do magistrado.

Nesse primeiro ano de aplicação da Sentença Múltipla, Rodrigo Ferreira apontou que as vantagens obtidas com a prática até o momento são a economia de tempo na solução dos processos, e melhor gestão do acervo. "Muitas vezes, uma única sentença pode dar fim a dezenas de processos que possuam o referido núcleo comum de questões inseridas no tema abrangente", afirmou.

Na avaliação do juiz, a "Sentença Múltipla" ainda é um protótipo em desenvolvimento. Para ele, ainda há desafios a serem enfrentados, como identificar com mais precisão os processos que possuem núcleo comum, a criação de repositórios de teses eletrônicos amplamente acessíveis, e a capacitação de toda a equipe do juízo para realizar a triagem e classificação dos feitos, de forma que a prática possa ser desenvolvida em todos os seus aspectos. ■



"Muitas vezes, uma única sentença pode dar fim a dezenas de processos que possuam o referido núcleo comum de questões inseridas no tema abrangente"
Juiz Rodrigo Eustáquio Ferreira

RÁPIDAS

★ **A prefeitura de Santa Luzia (Grande BH) homenageou, no dia 17 de março, com a Comenda Antônio Castro Silva Castrinho, o desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant e as juízas Aldina de Carvalho Soares e Sônia Diniz Viana. Os desembargadores Nelson Missias de Moraes, vice-presidente da AMB, e Baía Borges, e a juíza Fabiana Silva Melo participaram da solenidade.**



★ **O desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira foi homenageado, no dia 28 de março, pela 10ª Câmara Cível do TJMG em virtude de sua aposentadoria. O desembargador Alberto Diniz Junior, vice-presidente Financeiro da Amagis, representou o presidente Maurício Soares.**



★ **O juiz Octávio de Almeida Neves tomou posse, no dia 24 de fevereiro, para substituir na 15ª Câmara Cível do TJMG. O magistrado foi indicado durante sessão do Órgão Especial do Tribunal, pelo critério de antiguidade. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da solenidade de posse.**

Trajetória em prol da classe é reconhecida

Galeria de ex-presidentes recebe foto do desembargador Herbert Carneiro

Em reconhecimento à sua dedicação e conquistas em favor da Magistratura, a diretoria da Amagis inaugurou, no dia 17 de março, a foto do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, na galeria de ex-presidentes da Associação.

“O legado do presidente Herbert Carneiro, de união, integração, parceria e interlocução permanente com os Três Poderes, em todas as esferas, e com todos os segmentos da sociedade, públicos e privados, é para nós uma bússola no exercício da vocação original da Associação”, afirmou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que destacou conquistas do seu antecessor como a aprovação, em tempo recorde, da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, e a participação da Associação nas sessões do órgão especial.

Na avaliação do vice-presidente da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, mesmo com todas as dificuldades pelas quais o País passa, o presidente Herbert Carneiro tem conseguido dirigir o Tribunal sem percalços. “Isso é fruto de sua liderança, do seu trabalho e de seu esforço pessoal. Deus vai ampará-lo para continuar nos guiando. Nós precisamos de você muito mais do que você precisa de nós”, afirmou.

Herbert Carneiro disse que a palavra de ordem é gratidão por tudo e para todos. O magistrado apontou ainda a honra e a responsabilidade de integrar a galeria de ex-presidentes da Amagis, com-

Nelson Missias, Herbert Carneiro, Maurício Soares, Geraldo Augusto e Reynaldo Ximenes



Herbert Carneiro e familiares com Maurício Soares



posta por personalidades significativas da Magistratura estadual e nacional.

“Quem se dedica à caminhada associativa sabe que é uma caminhada de realizações e também de sonhos, mas também de frustrações, angústias e solidão. Se não temos uma família, fica muito mais difícil. Por-

tanto, agradeço muito a Deus pelo apoio que tive da minha. E também pelo apoio da diretoria que tive aqui, quando estabelecemos uma parceria pautada no diálogo e no trabalho”, afirmou Herbert Carneiro ao ressaltar que presidir a Amagis foi um dos momentos mais expressivos de sua vida.

Mesmo informal, a cerimônia contou com a participação de membros da diretoria da Amagis, com o ex-presidente da Amagis e desembargador Reynaldo Ximenes, e do 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, familiares e amigos de Herbert Carneiro. ■

Seminário debate medição

Programação inclui palestra de ministros, magistrados e acadêmicos

Com o apoio da Amagis, o TJMG, o Instituto de Mediação Aplicada (IMA) e a Conférence Internationale de Médiation pour la Justice (CIMJ) realizarão, em Belo Horizonte, entre os

dias 17 a 19 de abril, o III Seminário Internacional de Mediação.

O congresso tem como objetivo promover um amplo debate sobre o instituto da mediação, a partir da análise dos princípios que

regem a mediação, sua aplicação prática, seus avanços, dificuldades e conquistas, demarcando sua diferença com os demais métodos de resolução de conflitos.

Entre os palestrantes, estão ministros,

magistrados, advogados, acadêmicos e diversos especialistas na área jurídica. Veja a programação completa e faça sua inscrição pelo site seminariointernacionaldemediacao.com. ■

Amagis participa da posse de novo ministro

Alexandre Moraes assumiu a vaga deixada por Teori Zavascki

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Júnior, participaram, no dia 22 de março, da posse do novo ministro do STF, Alexandre Moraes, na qual estiveram presentes representantes dos Três Poderes.

Alexandre Moraes assumiu a vaga

ASCOM / AMB



Jayme de Oliveira, Maurício Soares, Alexandre de Moraes e Frederico Mendes

deixada pelo ministro Teori Zavascki, falecido em janeiro deste ano. O novo ministro é formado pela Faculdade de Direito da USP, onde fez dou-

torado em Direito do Estado e livre-docência em Direito Constitucional, e foi ainda secretário de Justiça do Estado de São Paulo e, de maio de

2016 a fevereiro de 2017, foi ministro da Justiça, no governo de Michel Temer.

Nessa viagem a Brasília, o presidente da Amagis aproveitou para dar continuidade ao diálogo com dirigentes associativos e parlamentares a fim de garantir a manutenção os direitos e prerrogativas da Magistratura, em especial quanto à Reforma da Previdência (*Leia mais na página 4*). ■

IAMG celebra 102 anos de história

Instituto homenageou expoentes das carreiras jurídicas

Os membros do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG) celebraram, no dia 7 de março, os 102 da entidade, com a outorga da comenda a expoentes das carreiras jurídicas.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi agraciado na categoria Magistratura, e o ministro aposentado do STF Francisco Rezek, que palestrou sobre o tema "Reforma Política/Nova Constituinte", foi agraciado na qualidade de jurista.

O presidente do IAMG e desembargador aposentado, Nilson Reis, ressal-

IZABELA MACHADO



Maurício soares recebe homenagem do IAMG

tou a história do instituto e falou sobre a trajetória dos agraciados.

O vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho, e o desembargador José Marcos Rodrigues, representando o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, participaram da solenidade. ■

Eduardo Generoso é reconduzido à Adep

Defensor público irá presidir a Associação por mais dois anos

IZABELA MACHADO



Reunião na sede da Amagis

O defensor público Eduardo Cyrino Generoso tomou posse, no dia 30 de março, na presidência da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), para qual foi reeleito com 302 votos para o biênio 2017/2019.

No dia 21 de março, acompanhado de seu pai e desembargador aposentado Antônio Generoso Filho,

o presidente da Adep-MG fez uma visita de cortesia ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, para convidá-lo a participar da posse da diretoria da Associação, realizada no Museu Histórico Abílio Barreto, em BH. ■

Unanimidade aprova gestão financeira

Conselho Deliberativo aprova contas e discute direitos da classe

Mais do que uma reunião para apreciar as contas da gestão da Amagis e da Amagis Saúde em 2016, aprovadas por unanimidade, a reunião do Conselho Gestor Deliberativo foi uma oportunidade para a diretoria da Associação conversar sobre a defesa dos direitos da classe.

Na abertura da reunião, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, atualizou diretores e membros do Conselho Gestor sobre a interlocução com parlamentares em Brasília e Minas, em busca de apoio para impedir a aprovação de projetos que afetam direitos e garantias da Magistratura.

Presente no encontro, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, prestou informações sobre o Orçamento do Judiciário mineiro, a situação dos depósitos judiciais, e afirmou que o Tribunal já notificou o Governo de Minas para a recomposição dos fundos e o pagamento dos alvarás judiciais. Herbert Carneiro destacou ainda a forte atuação da Amagis e de demais associações de magistrados do País junto ao Congresso Nacional na defesa das prerrogativas da classe.

O presidente do Conselho Deliberativo da Amagis, juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva, saudou o desembargador Maurício Soares pela gestão transparente.

Também participaram da reunião a vice-presidente Adminis-

IZABELA MACHADO



Os magistrados Carlos Donizetti, Maurício Soares e Hebert Carneiro

IZABELA MACHADO



Conselho Deliberativo avalia as contas de 2016 da Associação

trativo da Amagis, juíza Cristiana Gualberto; o vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz Junior; o diretor secretário, juiz Christyano Generoso; o vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho. E os magistrados

José Eustáquio Lucas Pereira, Thiago Colnago, Wagner Cavaleri, Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Átila Andrade de Castro, Cláudia Aparecida Coimbra Alves, James Ferreira Santos, Leopoldo Mameluque e o ex-presidente da Amagis, Bruno Terra. ■



Há 61 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira conta com espaço próprio na internet!

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FOTOS: AMAGIS



Mulher

A principal violência contra a mulher é a física, seguida da psicológica, constrangimento ilegal, ameaça, maus-tratos, perturbação do trabalho e do sossego e cárcere privado. A juíza Maria Aparecida Agostini, da 13ª Vara Criminal de BH, e a delegada Danúbia Quadros, chefe da Divisão Especializada de Atendimento da Mulher de BH são os convidados do programa. (Foto)

Imóveis

No Rio de Janeiro, foi assinado, em abril do ano passado, um acordo que prevê novas regras para o distrato. De acordo com o Jornal O Globo, o objetivo é deixar mais claro os direitos e deveres de consumidores e empresas, desafogando a Justiça. Convidamos a advogada Daniela Tonholli e o especialista em Direito Imobiliário Kênio Pereira para falar sobre o tema.

População de rua

Há pelo menos três mil pessoas morando nas ruas da capital. Os principais motivos para essas pessoas irem para as ruas são os conflitos familiares e envolvimento com drogas. Nossos convidados são o juiz Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, auxiliar da Corregedoria, e o promotor André Sperling Prado, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do MP.

Drogas e Prisões

Segundo levantamento do site G1: um em cada três presos do País responde por tráfico de drogas. No Brasil, entre 2005 e 2017, o índice aumentou de 8,7% para 32,6%. A Lei de Drogas é responsável até que ponto pela crise carcerária no Brasil? A juíza Andrea de Miranda Costa, da 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, e a promotora Cynthia Maria dos Santos Silva comentam o tema. ■

Previdência

O Governo Federal enviou ao Congresso uma nova proposta de reforma previdenciária. Um dos principais pontos da reforma é a elevação do tempo mínimo de contribuição, que passaria de 15 para 25 anos, com idade mínima de 65 anos, para obter 76% do benefício. O juiz Jorge Franklin Alves Felipe, especialista em Direito Previdenciário, explicou as possíveis mudanças. (Foto)

Dia da Mulher

A Amagis promoveu, em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, uma palestra destacando a força e a autonomia feminina dentro e fora do Poder Judiciário. A convidada foi a publicitária e escritora Cris Guerra, "A Grande Virada". O evento, aberto pelo desembargador Maurício Soares, presidente da Amagis, ocorreu no auditório da Associação.

Idoso

A Divisão Especializada de Crimes contra Mulher, Idoso e Pessoa com Deficiência da Polícia Civil registra que grande parte das agressões é cometida pelos filhos ou netos das vítimas. Além dos maus-tratos há também a apropriação indébita. O desembargador Jaubert Carneiro Jaques, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, é o convidado para falar sobre o assunto.

Animais

Um projeto de lei em tramitação no Senado Federal aumenta a punição para quem maltratar ou abandonar animais domésticos. A pena de detenção para quem matar cães ou gatos passa de três meses a um ano para de seis meses a dois anos. O convidado do programa é o desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, da 13ª Câmara Cível do TJMG. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30

TV

TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30

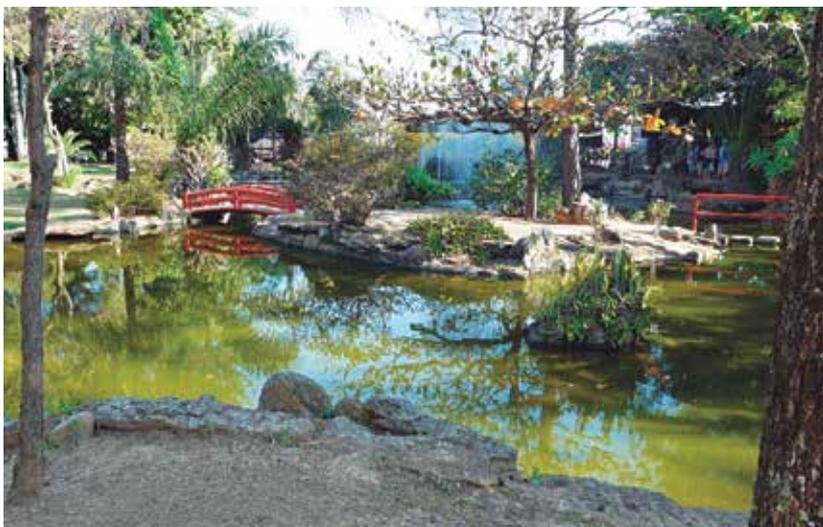
TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h

Vagas para as Colônias serão sorteadas

Inscrições para a alta temporada de julho podem ser feitas até o dia 21 de abril

ADRIANA ANZAL



Jardim japonês é uma das atrações de Caldas Novas

As inscrições para a alta temporada de julho nas Colônias de Férias da Amagis podem ser feitas até o dia 21 deste mês. Os interessados em passar o período de descanso em uma das instalações oferecidas pela Associação devem optar entre Cabo Frio, Ubatuba, Nova Viçosa, Caxambu e Caldas Novas.

As vagas serão definidas por sorteio e, de acordo com o regulamento das Colônias Férias, somente os associados poderão se inscrever. O grupo familiar dos magistrados poderá usufruir das unidades oferecidas pela Amagis fora do período da alta temporada.

Após o sorteio e a confirmação da reserva, em caso de desistência, o associado só terá a restituição integral do valor pago quando o cancelamento for comunicado formalmente com antecedência igual ou superior a 70 dias. Passado esse prazo, os valores pagos pela hospedagem serão ressarcidos proporcionalmente ao número de dias em que o cancelamento foi informado, de acordo com os

critérios estabelecidos no regulamento das Colônias de Férias.

Outra opção de lazer para os associados durante o período de férias é o Parque Esportivo da Associação, localizado ao lado da sede da Amagis, em Belo Horizonte, que oferece piscina adulta e infantil, playground, salão de jogos, academia de ginástica, sauna, vestiário e duas quadras poliesportivas para a prática de basquete, tênis, futebol, peteca e vôlei.

Para quem necessitar de hospedagem em Belo Horizonte, o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT) oferece 16 suítes equipadas com TV, frigobar e um confortável mobiliário, das quais duas são adaptadas para pessoas portadoras de deficiência.

As inscrições para o sorteio de vagas nas Colônias de Férias da Amagis podem ser feitas pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelos e-mails cacia@amagis.com.br, ou adrianapires@amagis.com.br. As reservas para o CAMT podem ser feitas nos mesmos contatos. ■

CONVÊNIO E DESCONTOS

★ TECHNOCARE MOBILIDADE E INCLUSÃO

Desconto de 5% na aquisição de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de cadeiras de rodas, higiênicas e de banho, guinchos de transferências e na compra de toda a linha de produtos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Endereço: Rua Piauí, 69 - loja 3 Santa Efigênia - BH

Telefone: (31) 3443-2200

★ CARBEL - VOLKSWAGEN

Peças no balcão: 5% desconto à vista ou no cartão de crédito (1x). Veículos novos com descontos de até 10% (veículos nacionais). E até R\$10.000 para veículos Premium: Jetta, Tiguan, Golf e Amarok. Válidas para o mês em referência.

Endereço: Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 500 - Sion - BH

Telefone: (31) 3280-9501

www.carbel.com.br

★ BANZAI VEÍCULOS E PEÇAS

Oferecendo faturamento direito da fábrica, de acordo com a tabela divulgada pela montadora, para a compra de veículos novos. Aquisição de peças, acessórios e serviços de oficina com desconto de 10% sobre o preço público sugerido. Descontos não cumulativos.

Endereço: Av. do Contorno 10331

- Barro Preto / Av. Pres. Antônio Carlos 7635 - São Luiz - Pampulha

Telefones: (31) 3878-8888

(31) 3401-4100

www.banzaihonda.com.br

★ E-SUITES SION HOTEL

O E-Suites Sion Apart Hotel oferece tarifas especiais de acordo em apartamentos Single e Double + 5% ISS + café da manhã, para todos associados da Amagis.

Endereço: Av. Uruguai, 1010 - Sion - Belo Horizonte

Telefone: (31) 3517-2700

www.verthoteis.com.br

★ ESCOLA INFANTIL MANIA DE CRIANÇA

Oferece serviços educacionais atendendo crianças dos 4 meses até os 5 anos de idade, com desconto de 30% sobre a tabela.

Endereço: Rua São Romão, 22, São Pedro - BH

Telefone: (31) 3225-7721



Faça sua inscrição para o sorteio pelos e-mail cacia@amagis.com.br ou adrianapires@amagis.com.br

Amagis realiza 1º torneio de tênis

Primeira competição na modalidade terá três dias de partidas

Dos dias 26 a 28 de maio, a Amagis realizará o primeiro torneio de tênis da Magistratura mineira. As partidas serão disputadas na Academia BH Tennis, no Bairro Buritis, em Belo Horizonte. A academia na qual a competição será realizado dispõe de 6 quadras de saibro, das quais duas são cobertas. Os magistrados interessados em participar podem se preparar para o torneio treinando no Parque Esportivo da Amagis, cuja quadra poliesportiva está preparada a prática do tênis.

Seja nas quadras ou na piscina, o ano de 2017 será de boas oportunidades para os magistrados testarem seus limites nos esportes. Do dia 25 a 29 de outubro, a AMB promoverá, em



Fortaleza, a oitava edição dos Jogos Nacionais da Magistratura.

Nos gramados, com sua tradição e extensa galeria de troféus, os times de

futebol da Associação das categorias Livre, Master, Sênior e Supersênior, preparam-se para a disputa dos campeonatos nacionais de futebol so-

ciety da AMB, que serão realizados no segundo semestre, respectivamente, no Paraná, em Goiânia e no Mato Grosso do Sul.

As inscrições para o torneio de tênis podem ser feitas pelo e-mail imprensa@amagis.com.br. Os interessados devem enviar o nome completo e a categoria (principiante, intermediário ou avançado). A competição está aberta para associados, cônjuges e seus filhos. ■



Inscriva-se para o torneio pelo e-mail
imprensa@amagis.com.br

Planejamento esportivo

Pesquisa promovida pela Amagis visa à promoção de novos torneios

Com o objetivo de ampliar as iniciativas voltadas à prática esportiva pelos magistrados, a Amagis, por meio da vice-presidência Sociocultural-Esportiva, está promovendo uma pesquisa sobre

quais as modalidades praticadas e preferidas pela Magistratura mineira.

Com a base de dados obtida com esse primeiro levantamento, a Associação irá avaliar quais competições e outras iniciativas que podem ser realizadas para fomentar a prática esportiva entre os magistrados.

A pesquisa está disponível no link <http://bit.ly/2o27LsT> e pode ser acessada pelo código lógico (QR Code) ao lado, via smartphone ou tablete. Os aplicativos para leitura do QR Code podem ser baixados na Play Store da Google, para celulares com sistema android, e na App Store, para iPhone. ■



Instituto Mineiro de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

**Convênio
AMAGIS**

Viola encanta Museu do Tropeiro

As rodas são realizadas nos sábados de Lua Cheia

TIAGO PARRELA

RONEUJOBER ANDRADE / DIVULGAÇÃO

O Museu do Tropeiro, localizado no distrito de Ipoema, a 42 quilômetros de Itabira (Leste), promove, de maio a outubro, nos sábados de Lua Cheia, rodas de viola com apresentações musicais, folclóricas e muitos causos para ouvir.

O evento que acontece desde 2006 atrai muitos turistas, é acompanhado de manifestações culturais (Lavadeiras de Ipoema, Estaladores de chicotes, Comitiva do berrante, Sons da tropa) e oferece comidas e bebidas típicas preparadas pela comunidade local.



Visitante observa peças históricas no Museu do Tropeiro

O músico e violeiro Chico Lobo, ao observar a importância da viola caipira na música popular, regional e do campo, a do "Brasil Profundo", como ele define, conta que o instrumento comanda diversas manifestações da cultura popular, como as Folias, os Catiras, os Batuques, as Festas de Mutirão e as Festas de Devoção.

Já na "cidade grande", a viola está associada à música caipira de raiz, no apogeu das grandes duplas. "Ela (a viola) vence o tempo, rompe o sertão e ganha a cidade grande. Faz ponte da tradição com a modernidade", comentou Lobo.

Recentemente, um projeto encaminhado pelo músico João Araújo, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Ar-

tístico Nacional (Iphan), buscou o reconhecimento da viola caipira como patrimônio imaterial brasileiro. O músico Chico Lobo também defendeu a projeção do instrumento. "Aqui em Minas, o Iepha (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) vai começar um estudo sério dos fazeres do modo de tocar, do por que tocar, e o que a viola representa pra cultura mineira, pra aí sim propor uma ação de salvaguarda", destacou.

Causos, crenças, histórias fazem parte desse instrumento com alma de Brasil. Chico Lobo lançou o livro "Conversa de Violeiro", pela Kuarup, onde mergulhou nesse universo. "Um antigo mestre meu prendeu uma cobra coral com dois ganchinhos e ficou a noite pintando as pintas da cobra pra ganhar agilidade nas mãos. Fantástico", contou Lobo, garantindo que há uma linha tênue que separa a realidade dos causos. ■

Festival leva cereais ao boteco

Comida di Buteco é realizado em BH e no interior de Minas

Em sua 18ª edição, neste ano o Comida di Buteco será realizado, até o dia 15 de maio, em 20 cidades de todo o País, entre elas Belo Horizonte, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Montes Claros, Uberlândia e em

municípios que compõem a região do Vale do Aço. Na capital mineira, são 45 concorrentes e, no interior de Minas, cerca de 60 bares participam do festival.

A novidade de 2017 é a retomada de um ingrediente obrigatório nos pratos preparados para o festival, que será o cereal. De acordo com os orga-

nizadores do Comida di Buteco, o ingrediente foi escolhido por ser a base da alimentação e ser encontrado em grande variedade nas diferentes regiões do Brasil.

Ao todo, são mais de 6 mil espécies de cereais, o que, na avaliação dos promotores do evento, estimulará a criativi-

dade dos participantes e ampliará as possibilidades de combinações nos pratos. Os petiscos não podem ultrapassar o valor de R\$25,90. A programação com as datas e participantes do festival estão no site www.comidadibuteco.com.br. ■

RÁPIDAS

★ **O Tribunal Pleno do TJMG elegeu, no dia 27 de março, o juiz Paulo Rogério de Souza Abrantes para membro efetivo do TRE-MG, na classe Juiz de Direito. Os advogados Antônio Augusto Fonte Boa, Renato Magalhães, Faical Assrauy foram indicados para a lista triplíce, na classe jurista. O advogado Rosan de Sousa Amaral foi eleito membro do Tribunal na classe jurista.**

★ **COMUNICADO – Em função de denúncias feitas por aposentados e pensionistas, de que golpistas têm entrado em contato com associados para informar sobre créditos a receber, a Amagis informa que somente a direção e os departamentos da Associação, devidamente identificados, estão autorizados a falar em seu nome. Dúvidas podem ser esclarecidas no Departamento Jurídico pelos telefones (31) 3079-3499, nos ramais: 3427 e 3406.**

ALGUNS EFEITOS DA RECESSÃO

Desemprego é das consequências mais perversas da crise

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

O desempenho almejado da atividade econômica nos três últimos anos, com a divulgação do PIB de 2016, pelo Banco Central, em torno de 3,6%, depois de 3,8% no ano anterior, decepcionou. Nunca o país havia sofrido um tombo tão profundo no seu crescimento econômico.

Entre os efeitos da recessão, como ressaltado na coluna da edição de março do jornal DECISÃO, somente em 2016 o Brasil perdeu 13,7 milhões de linhas de

celulares. A Oi teve queda 12,35%, com 6 milhões de linhas a menos, e a Vivo, líder do setor, foi a única a registrar crescimento. Apenas 0,7%.

Em Davos, o Brasil e a América Latina infelizmente saíram do mapa. É compreensível, pois o mundo caminha normalmente. Pela primeira vez, em seis anos, o FMI não se viu obrigado a revisar para baixo as perspectivas de crescimento. No caso do nosso País, o sinal se inverteu. Em 2016, como dito acima, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, a soma das mercadorias e dos serviços produzidos no País) foi de menos 3,6% e, em 2017, para os economistas mais pessimistas, espera-se um magérrimo 0,2% positivo. Para não falar nas ameaças do imprevisível presidente Trump, impondo medidas protecionistas, acenando também com um pacote de estímulos para a economia norte-americana, na contramão da ortodoxia que impõe, sobretudo, o controle dos gastos públicos.

O efeito mais perverso de qualquer recessão é a perda do emprego, ocasionado pelo fechamento dos postos de trabalho. Seu avanço é maior entre os trabalhadores mais jovens. No fim de 2016, era de 39,7%, a taxa de desemprego de 14 a 17 anos, enquanto entre os jovens de 18 e 24 anos de 25,9%, portanto, 13,8% maior para aqueles.

Ao todo, são 12,9 milhões pessoas desocupadas no País, de acordo com informe do IBGE, de 24 de fevereiro. Sem contar os outros milhões de trabalhadores que não constam das estatísticas oficiais, pois desistiram de procurar emprego. Sabe-se que o conceito de desocupados engloba apenas os que estão em busca de oportunidade.

a queda acumulada, no período recessivo de onze trimestres seguidos, chega a 9%. Em suma, o Brasil acaba de atravessar a maior recessão de sua história.

Alguns dos seus efeitos são bem visíveis. Para quem caminha pelas ruas e avenidas das grandes cidades, basta constatar o elevado número de placas com os dizeres: "aluga-se" ou "vende-se".

Segundo noticiário dos jornais, os shoppings têm o maior número de lojas fechadas da história. O jornal O TEMPO, de 21 de fevereiro, na editoria de Economia,

observou que "a média atual de vacância nos malls de BH e região é de 12,4%, bem acima dos 3% de anos anteriores." Na matéria, o superintendente da Associação dos Lojistas de Shoppings Centers de Minas Gerais, Alexandre Dolabela França, mostra estudo inédito, com tal vacância, enquanto a média dos anos anteriores variava de 1% a 3%.

Um dos efeitos pouco observados, mas tristes, da crise econômica é o abandono de animais. Rara é a casa, sobretudo onde têm crianças, que não adotou um cãozinho ou gatinho, considerados membros da família. O abandono desses animais de estimação, entretanto, não é novidade. O agravamento da situação financeira tem piorado o cenário em muitos municípios do Brasil. Justificativa: os gastos com a sua manutenção superam R\$ 300,00 ou R\$ 400,00. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte estima que haja mais de 35 mil "animais carentes" nas ruas da capital.

Na associação de proteção "Cão Viver", que recebe ligações para acolhimento de animais velhos e filhotes, entre outros, a média de chamadas cresceu de 15 para 50, por dia, no último ano. Muitos dos que abandonam seus animais de estimação é porque faltou dinheiro; mudaram para um pequeno apartamento; tiveram mais um filho ou, simplesmente, desistiram de cuidar do animal.

Assim, são cada vez mais raras as cenas de cães de estimação que, saltitantes e de rabinho abandonando, vão receber seu dono quando chega tarde da noite em casa. E mais. Além da enorme alegria, obviamente, nunca pedem qualquer explicação. ■

(* Desembargador

O EFEITO MAIS PERVERSO DE QUALQUER RECESSÃO É A PERDA DO EMPREGO, OCASIONADO PELO FECHAMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO. SEU AVANÇO É MAIOR ENTRE OS TRABALHADORES MAIS JOVENS.

SABE-SE QUE O CONCEITO DE DESOCUPADOS ENGLOBA APENAS OS QUE ESTÃO EM BUSCA DE OPORTUNIDADE. A QUEDA ACUMULADA, NO PERÍODO RECESSIVO DE ONZE TRIMESTRES SEGUIDOS, CHEGA A 9%.



lucastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonastleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Novos credenciados garantem atendimento ágil

Amagis Saúde amplia rede de atendimento com sugestões dos associados

Os usuários da Amagis Saúde contam com uma nova opção de atendimento rápido e simplificado para situações em que ocorram pequenas urgências, consideradas de baixo risco. Como parte das ações que visam à ampliação da rede credenciada do plano, a diretoria da Associação firmou contrato com a clínica Doutor Agora, em Belo Horizonte.

A clínica tem capacidade para atender até 120 pessoas por dia nas especialidades de clínica médica, pediatria e ortopedia, tratando de sinusite, fraturas e luxações, pequenas queimaduras e infecção urinária, entre outras enfermidades, que são também assistidas nas unidades de pronto atendimento hospitalar. A diferença está na agilidade na realização dos procedimentos. Cada atendimento dura, em média, uma hora, incluindo a recomendação médica e a realização de exames, quando necessário.

Comparado ao atendimento de urgência na rede hospitalar, o mesmo serviço na

Doutor Agora fica em média 30% mais barato. Como o serviço oferecido pela clínica é dedicado ao pronto atendimento, as consultas eletivas, aquelas marcadas previamente na rede credenciada, podem ter um custo 50% mais baixo. As taxas de coparticipação da Amagis Saúde e Unimed são as mesmas, mas a segunda cobra ainda um percentual de 17,7% de taxa administrativa.

Desde o início da atual gestão, a diretoria da Amagis tem se empenhado para ampliar a rede de credenciados da Amagis Saúde, principalmente nas comarcas do interior, que tiveram, nos últimos meses, um aumento de 63% no número de prestadores de serviços médicos.

Os associados da Amagis Saúde podem indicar novos profissionais ou instituições pelo e-mail credenciamento@amagis.com.br, para que o setor responsável entre em contato com a pessoa ou empresa indicada. Veja ao lado alguns dos novos credenciados ao plano. ■



A rede credenciada da Amagis Saúde pode ser acessada no site amagissaude.com.br

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	PRESTADOR	TELEFONE
CATAGUASES	Hospital de Cataguases	(32) 3429-4900
CONGONHAL	Janaína Cristina do Nascimento (Nutricionista)	(35) 3424-2118
CURVELO	Rúbia Stefânia Santiago Aranha (Dermatologia)	(38) 3721-6560
IPATINGA	Núcleo Avançado em Oftalmologia	(31) 3824-6040
JUIZ DE FORA	Viver Oftalmologia	(32) 3215-2420
NOVA LIMA	Ultrassom Linear	(31) 3024-2002
PASSOS	Clinica Cuidar (Fonoaudiologia, nutrição e psicologia)	(35) 3522-7792
UBERABA	Salk Laboratório Clínico (Patologia Clínica)	(34) 3336-2222
UBERLÂNDIA	Prevenor (Cardiologia)	(34) 3257-7700
	Hospital Orthomed Center	(34) 3233-0555
	Integra (Psicologia)	(34) 3255-1231
	Umc Imagem (Medicina Nuclear)	(34) 3225-6059
	Umc Medicina Nuclear (Tomografia Computarizada)	(34) 3225-2666

Amagis Saúde mantem liquidez

Equilíbrio financeiro é um dos quesitos observados pela ANS

GEORGIA BAÇVAROFF

O equilíbrio financeiro das operadoras de saúde, levando em consideração as condições de solvência e liquidez dos planos, é um dos critérios observados pela Agência Nacional de Saúde (ANS) na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo usuário. Em 2016, a Amagis Saúde recebeu nota máxima nesse quesito.

Para manter o padrão de excelência no atendimento e preservar o patrimônio dos associados, conforme aponta o



ranqueamento feito a cada ano pela ANS, o Conselho Gestor de Saúde aprecia periodicamente as contas do plano. No dia 20 de março, durante reunião realizada no auditório da Amagis, o estatístico João Roberto Rodarte,

representante da Plurall Soluções em Saúde Suplementar, apresentou um estudo com os dados estatísticos do plano.

Após a análise dos números e ajustes nas projeções demonstrados pela consulto-

Conselho Gestor observa balanço da Amagis Saúde

ria, o Conselho Gestor deliberou pelo reajuste de 5,98% aplicado aos planos Estadual e Grupo de Estados.

As tabelas de contribuição dos planos, o estudo apresentado pela Plurall Soluções e a ata da reunião na qual a medida foi tomada, são disponibilizadas pelo Conselho Gestor de Saúde aos associados da Amagis, que assim buscam reafirmar os princípios da transparência e publicidade da gestão do patrimônio. ■

Integramagis
15 anos

Dia 27 de abril, às 19h
no salão de festas da Amagis
(Rua Ouro Fino, 367, BH)

Confirmação de presença:
(31) 3079-3492 ou marina@amagis.com.br



Com palestra do Zivaldo

